

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 175 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### O Brasil de 2020

1 O futuro nos interroga. O que esperar do Brasil  
em 2020? Existem três formas básicas de se tentar preencher  
o vácuo do futuro. A previsão trabalha com a noção de  
4 provável e responde à pergunta: o que será? A delimitação do  
campo do possível opera com a idéia de exequível e responde  
à pergunta: o que pode ser?

7 E a expressão da vontade trabalha com a noção de  
desejável e responde à pergunta: o que sonhamos ser? As  
relações entre esses três modos de conceber o futuro não são  
10 triviais. Se o desejável é não respeitar os limites do possível,  
ele se torna vazio e quixotesco (quando não trágico). Mas  
isso não é tudo. No universo das relações humanas, tanto o  
13 exequível como o provável dependem muito da força e da  
competência do nosso querer. Se o sonho desligado da  
realidade não vinga, a realidade desprovida de sonho definha.

16 Dezessete anos nos separam de 2020. Seria utópico  
(no mau sentido) imaginar que o Brasil conseguirá, nesse  
curto intervalo de tempo, superar por completo as suas  
19 mazelas de ordem material. Temos 503 anos de história pelas  
costas. Nossos problemas seculares de convivência  
prática — saúde, educação básica, privação, violência e  
22 desigualdade — não se prestam a curas milagrosas e  
arroubos voluntaristas. Grandes avanços, é claro, podem  
e devem ser feitos. Mas não existem atalhos.

25 Um Brasil 2020 que mereça ser sonhado não pode  
ser mera fabulação da imaginação caprichosa. Ele precisa  
partir do que efetivamente somos — das virtudes e dos  
28 defeitos que se entrelaçam em nosso destino de nação.  
Ele precisa reconhecer os limites e condicionamentos  
herdados do passado para traçar o mapa do que podemos e o  
31 norte do que sonhamos ser.

Eduardo Giannetti. In: *Ícaro Brasil*, jun./2003, p. 26-30 (com adaptações).

Com base no texto acima e considerando aspectos diversos associados aos temas por ele abordados, julgue os seguintes itens.

- 1 Segundo o texto, as três formas de preencher o “vácuo do futuro” (l.3) obedecem à relação que se dá entre
  - o que é provável;
  - o que é possível;
  - o que atende à nossa vontade.
- 2 De acordo com os sentidos textuais, há correspondência semântica entre “vácuo” (l.3), “exequível” (l.5), “triviais” (l.10) e **lacuna**, **factível** e **óbvias**, respectivamente.
- 3 A estrutura lógica e temporal da frase “Se o sonho desligado da realidade não vinga, a realidade desprovida de sonho definha” (l.14-15) corresponde à estrutura lógica e temporal de **Caso uma nação perca a crença, ela deixará de ser uma nação**.

4 No texto, as expressões entre travessões (l.21-22), em função de aposto, identificam problemas seculares do Brasil que, segundo o autor, demandam curas milagrosas.

5 No fragmento “Um Brasil 2020 que mereça ser sonhado” (l.25), se em lugar da forma verbal de subjuntivo “mereça” fosse empregada a forma do indicativo, **merece**, a idéia de Brasil sonhado seria alterada.

6 Entre os problemas brasileiros seculares, como destaca o texto, está o da educação. Embora o acesso ao ensino fundamental caminhe para a universalização, na educação infantil e no ensino médio o país ainda está longe de oferecer a desejável cobertura em termos de matrícula.

7 Segundo os especialistas, a opção feita pelo país de centralizar de maneira quase absoluta os serviços de saúde pública — sacramentada pela Constituição de 1988 — é a causa principal dos graves problemas enfrentados pelo setor.

1 O artigo 126 da Constituição da República determina que os tribunais de justiça de todos os estados do País criem varas judiciais com competência exclusiva para  
4 a questão agrária. Segundo esse dispositivo constitucional, tais varas devem ser sediadas nas capitais estaduais e integradas por juizes da capital que, em caso de necessidade,  
7 podem deslocar-se para o local do conflito.

Essa decisão foi orientada pela idéia de que os conflitos agrários, pelos seus diversos aspectos sociais e econômicos, demandam não só um conhecimento profundo do tema como também grande sensibilidade por parte dos julgadores, que, nesse ponto, não podem passar ao largo do trajeto de histórico acirramento de tensões entre os diversos agentes envolvidos na questão. Entendeu-se, assim, que o caminho mais adequado para aparelhar a Justiça para o equacionamento dos problemas agrários seria o da especialização.

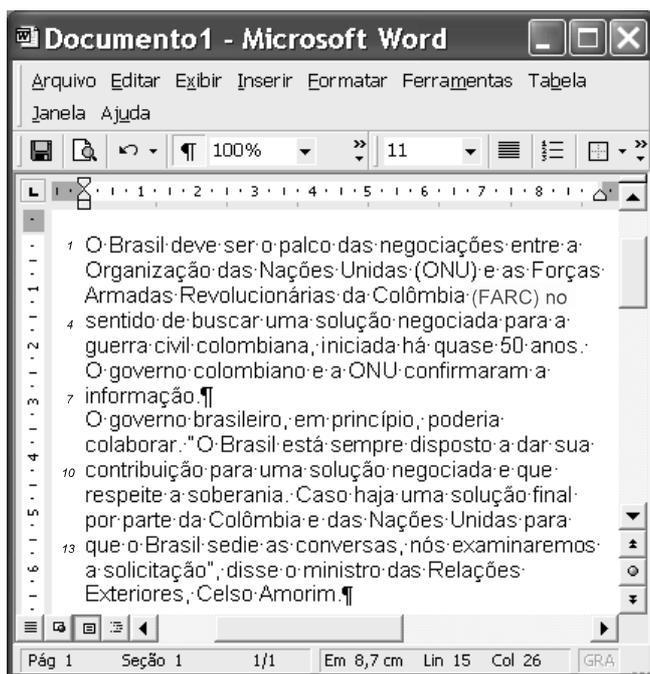
É inegável que a efetiva implementação desse dispositivo constitucional — o que não ocorreu até hoje na maioria dos estados — traria ganhos sensíveis. Em primeiro lugar, como foi observado, teríamos juizes especializados no tema e, portanto, com conhecimento dos diversos aspectos jurídicos, sociais e econômicos que envolvem questões de natureza agrária.

Vidal Serrano Jr. *Questões agrárias*. In: *Família cristã*, p.26 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 8 No atual cenário brasileiro, a estrutura do Poder Judiciário mostra-se ágil e dinâmica, apta a resolver intrincadas questões como as decorrentes dos conflitos no campo, graças, sobretudo, ao aprofundamento do processo de especialização de suas varas, iniciado com a promulgação da Carta de 1988.

- 9 Há consenso entre os especialistas na questão agrária de que a inexistência, na estrutura de poder federal, de um órgão para dela se ocupar é fator determinante para o acirramento das tensões no campo.
- 10 A questão agrária, de grande visibilidade nos dias de hoje, é problema que se arrasta pela história do Brasil, vindo da colônia, atravessando o Império e prolongando-se no período republicano.
- 11 Com a inserção de vírgulas antes e depois de “da Constituição da República” (l.1) e a substituição dos travessões por vírgulas nas linhas 19 e 20, mantém-se a correção gramatical do texto.
- 12 A expressão “pelos seus diversos aspectos” (l.9) mostra uma preposição introduzindo idéia de causa.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000 com parte de um texto adaptado de Mariana Mainenti, da equipe do Correio Braziliense. No referente a esse texto e acerca do Word 2000, julgue os itens a seguir.

- 13 Caso se realizem as seguintes ações: clicar imediatamente antes do conectivo “e” (l.6); pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar sobre a palavra “ONU” (l.6); liberar a tecla **Shift** e pressionar **Delete**, mantém-se a correção gramatical do texto.
- 14 Caso se aplique um clique duplo sobre a palavra “para” (l.10) e, a seguir, se tecele sucessivamente **P**, **O** e **R**, altera-se a preposição mas mantém-se correta a relação de regência entre “contribuição” e “uma solução”.
- 15 Independentemente de governos, a diplomacia brasileira tem considerável tradição de negociação internacional, em que se destaca a defesa de princípios como soberania e autodeterminação.
- 16 Já nos seus primeiros meses, o governo brasileiro mostra-se disposto a oferecer sua contribuição para a resolução de problemas internos de países vizinhos. Exemplo significativo desse procedimento é o que concerne à Venezuela, onde a ação do presidente Hugo Chaves encontra importante resistência.
- 17 A dramática situação vivida pela Colômbia parece sinalizar para uma solução a curto prazo desde o momento em que as FARC aceitaram entregar parte do território que controlam ao governo federal e a se afastarem dos narcotraficantes locais.
- 18 Observa-se na figura que os dois parágrafos do documento estão alinhados à esquerda. Para se justificar esses dois parágrafos, é suficiente clicar o botão .
- 19 Para numerar as linhas do primeiro parágrafo mostrado no documento — de 1 a 7 como indicado —, é suficiente clicar imediatamente antes da primeira linha desse parágrafo e, a seguir, clicar o botão .
- 20 Por meio da opção Arquivo, encontrada no menu **Inserir**, é possível inserir, no documento em edição, todo o conteúdo de um arquivo em formato Word armazenado em disquete.

### Cada vez mais limpo Acidentes ecológicos escondem uma boa notícia: o país avançou no controle da poluição

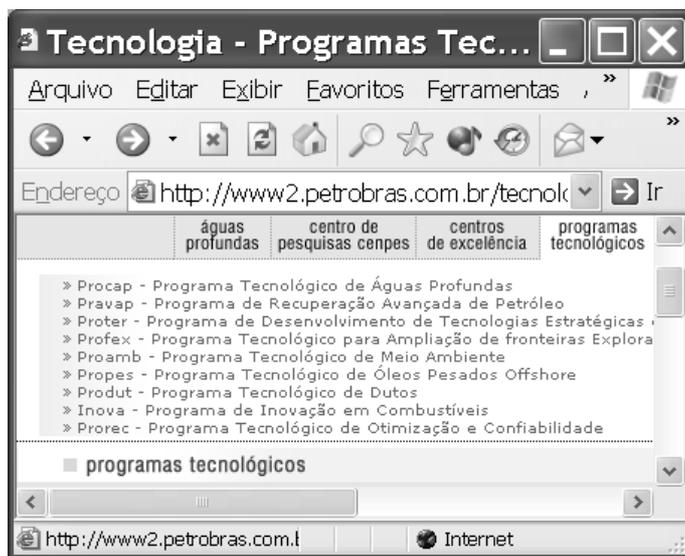
- 1 Três fenômenos recentes — espuma no rio Tietê, vazamento de produtos químicos no Paraíba e nuvens de fumaça sobre a Amazônia — representam exceções, muito  
4 evidentes, de uma nova regra na questão do meio ambiente: o Brasil melhorou em termos de controle de poluentes. No início da década de 1990, algumas das maiores  
7 siderúrgicas lançavam, juntas, 149 toneladas de poeira e fumaça na atmosfera diariamente. Atualmente expelem  
2 toneladas desses poluentes por dia. Nesse período,  
10 investiram 250 milhões de dólares na instalação de filtros de alta tecnologia e treinamento de pessoal. A PETROBRAS, outrora considerada vilã do meio ambiente, também agiu:  
13 registrou em 2002 um dos menores volumes de vazamento de óleo de sua história: apenas 197 metros cúbicos, contra  
5.500 em 2000. Para isso, investiu 5 bilhões de reais e  
16 instalou sensores de vazamento em 85% de seus dutos. A empresa agora tem barreiras flutuantes que coletam óleo, em lugar de apenas contê-lo, e um helicóptero com sistema de  
19 raios infravermelhos para detectar poluição na água até à noite.

Veja, 6/8/2003 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens de 21 a 25.

- 21 A substituição da expressão “algumas das maiores siderúrgicas” (l.6-7) pela expressão **o conjunto das maiores siderúrgicas**, altera o referente, mas mantém a correção gramatical se for removido o fragmento “, juntas,” (l.7) e se forem alteradas também as formas verbais “lançavam”, “expelem” e “investiram” para seus correspondentes singulares.
- 22 A expressão “outrora considerada vilã” (l.12) é empregada, no texto, em substituição ao nome PETROBRAS e indica que esta é considerada uma siderúrgica poluidora.

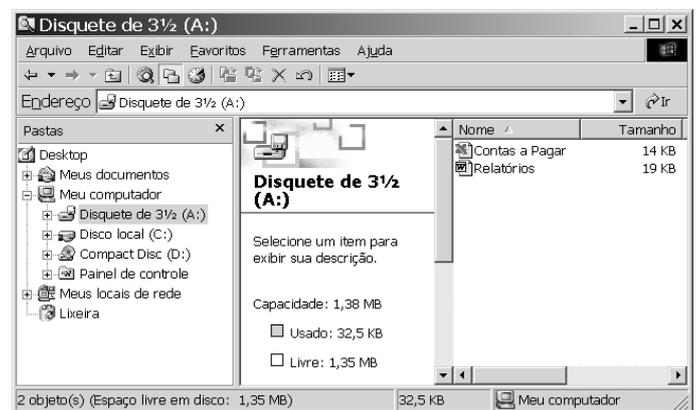
- 23 A tese de desenvolvimento sustentável, segundo a qual as atividades produtivas devem se adequar à necessidade de preservação do ambiente, expandiu-se sobretudo a partir das últimas décadas do século passado, envolvendo setores da sociedade e de governos, além de organismos internacionais.
- 24 No Brasil, de maneira geral, a insensibilidade das empresas e a parcimoniosa ação governamental explicam os crescentes níveis de poluição ambiental, algo constantemente denunciado por organizações não-governamentais e pelos meios de comunicação.
- 25 O fenômeno da espuma do Tietê, ocorrido mais de uma vez em 2003, origina-se do despejo de resíduos poluentes nas águas do rio a partir do interior do estado, tornando ainda piores os já graves problemas de poluição na capital paulista.



Com o intuito de realizar uma pesquisa acerca dos programas tecnológicos desenvolvidos pela PETROBRAS, um usuário da Internet acessou o sítio <http://www2.petrobras.com.br>. Após algumas operações no sítio especificado, o usuário obteve a página *Web* ilustrada na figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 6. Com relação aos conceitos de Internet e ao Internet Explorer 6, julgue os itens seguintes, tendo como base a figura apresentada.

- 26 Caso o usuário deseje realizar uma pesquisa na Internet para identificar outros sítios que contenham a expressão **programas tecnológicos**, é suficiente que ele digite no campo **Endereço** a instrução *search programas tecnológicos* e, em seguida, clique o botão **Ir**.
- 27 No endereço do sítio mostrado, a presença do número “2” após “www” indica que o sítio da PETROBRAS possui dois portais, o que evita o congestionamento no acesso a esse sítio.

- 28 Caso o usuário queira enviar o conteúdo da página mostrada, na forma de uma mensagem de correio eletrônico, para [candidato@provedor.com.br](mailto:candidato@provedor.com.br), é suficiente que ele digite esse endereço eletrônico no campo **Endereço**.
- 29 Sabendo que  corresponde ao botão favoritos, por meio dele, o usuário terá acesso a recursos do Internet Explorer 6 para definir a página ilustrada como uma de suas favoritas. O Internet Explorer 6 disponibiliza ao usuário recursos que facilitam o acesso posterior a uma página favorita.



A figura acima mostra uma janela do Windows Explorer, do Windows 2000. Com relação a essa janela e ao Windows 2000, julgue os itens a seguir.

- 30 Se um usuário desejar salvar um novo arquivo no disquete inserido no *drive* referente a A:, e o disquete estiver protegido contra gravação, ele poderá fazê-lo apenas após desativar a proteção do disquete.
- 31 Para copiar o arquivo **Relatórios** para a pasta **Meus documentos**, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponteiro do *mouse* sobre o ícone **Relatórios**; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; mover o *mouse* de forma a posicionar o seu ponteiro sobre o ícone **Meus documentos**, de forma a ativá-lo; liberar o botão esquerdo do *mouse*.
- 32 Ao se clicar o botão , os conteúdos da pasta **Meu computador** serão exibidos.

1 Na sexta-feira 22/8/2003, a equipe do Centro de  
Lançamento de Alcântara trabalhava nos preparativos do  
4 foguete que lançaria um satélite no dia 25 quando um incêndio,  
de causa ainda desconhecida, destruiu o equipamento —  
deixando carbonizados os corpos dos profissionais, pelo calor  
que chegou a 3.000°C.

7 O fracasso do lançamento do veículo lançador de  
satélite VLS-1 é o terceiro desse projeto, mas sua dimensão  
trágica suscita a discussão sobre as reais condições de o País  
10 manter, com alguma seriedade, um programa espacial. Dados  
do estudo apresentado na Escola Superior de Guerra indicam  
que o programa espacial brasileiro trabalha há 15 anos com  
13 efetivo técnico inferior ao mínimo necessário.

Cartacapital, 3/9/2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 33 A estrutura textual do primeiro parágrafo é de notícia, mas ele obedece a todas as normas de redação oficial e pode ser empregado como parte de um relatório.
- 34 As regras gramaticais da norma culta não permitem que a preposição “de” e o artigo “o” diante de “País” (l.9) sofram contração porque “o” e “País” estão na mesma oração, complementando sintaticamente “condições” (l.9).
- 35 A conquista do espaço se constituiu, a partir da Segunda Guerra Mundial, em fator estratégico na disputa pelo poder mundial, algo que durante muito tempo foi capitaneado pelas duas superpotências que emergiram do conflito — os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
- 36 A tragédia de Alcântara parece colocar em discussão a capacidade que tem o Brasil — único país dito emergente a possuir um programa espacial — de manter em funcionamento um projeto dessa dimensão, tanto em termos técnicos quanto financeiros.

### Agenda 21 Global

1 A comunidade internacional, durante a Rio-92,  
acordou a aprovação de um documento contendo compromissos  
para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo  
4 século, denominando-o Agenda 21. Resgatava, assim, o termo  
'Agenda' no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de  
mudanças para um modelo de civilização em que predominasse  
7 o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

Mais do que um documento, a Agenda 21 é um  
processo de planejamento participativo que analisa a situação  
10 atual de um país, estado, município e(ou) região, e planeja o  
futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento  
deve envolver todos os atores sociais na discussão dos  
13 principais problemas e na formação de parcerias e  
compromissos para a sua solução a curto, médio e longo  
prazos.

16 A análise e o encaminhamento das propostas para o  
futuro devem ser feitos dentro de uma abordagem integrada e  
sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e  
19 político-institucional. Em outras palavras, o esforço de planejar  
o futuro, com base nos princípios de Agenda 21, gera produtos  
concretos, exequíveis e mensuráveis derivados de  
22 compromissos pactuados entre todos os atores, o que garante a  
sustentabilidade dos resultados.

Internet: <[http://www2.petrobras.com.br/meio\\_ambiente](http://www2.petrobras.com.br/meio_ambiente)>.  
Acesso em 12/8/2003 (com adaptações).

Tendo como base o texto anterior e os assuntos por ele abordados, julgue os itens seguintes.

- 37 De acordo com o texto, “Agenda” apresenta três significações: (a) conjunto de intenções, desígnio; (b) processo de planejamento participativo; e (c) análise e encaminhamento de propostas.

38 A substituição da locução verbal “devem ser feitos” (l.17) por **far-se-á** mantém a coesão e a correção gramatical do trecho entre as linhas 16 e 19.

39 Concreta e objetivamente, as ações do governo George W. Bush, em especial por sua decisão de ratificar o Protocolo de Kyoto, colocam os EUA em integral sintonia com o espírito da Agenda 21.

40 No conceito de sustentabilidade do desenvolvimento, razão de ser da Agenda 21, importa reconhecer que a defesa do meio ambiente não se faz isoladamente dos demais componentes essenciais da vida das sociedades, entre os quais estão a economia e a política.

Free enterprise principle nowadays is subject to certain regulations imposed by States. This is reflected in the guidelines of the state economic policy applicable to specific areas of the market economy, such as hydrocarbon operations.

Brazilian 1988 Constitution, in its first article, when dealing with the fundamental principles of the Brazilian Federative Republic, sets up the social value of the free initiative. This free initiative required by the Brazilian Constitution is not new to the Brazilian Constitutional Law. All previous Brazilian constitutions, except the Republican Constitution of 1891, have always considered the free initiative a reflection of human freedom, sometimes a way to build a more just and fraternal society.

In Brazil, free competition and free enterprise have given rise to a constitutional principle, according to which the establishment of a monopoly in the free market is prohibited, as provided by article 5 of Law 4.137 about the repression of the economic power abuse, dated October 9, 1962.

This prohibition is directly applied to economic monopoly while a legalised monopoly established exclusively in favour of the State is allowed in certain fields. Among these fields, we can mention the right to engage in prospecting and exploration for production, import, export and transportation of oil and natural gas as well as refining of national or foreign oil.

Brazilian oil and gas regulation rests upon the concept that deposits are real property, distinct from the soil, to the effect of exploration and benefit. This is determined by the Federal Constitution of Brazil, being, nevertheless, granted the product of the mining to concessionaires.

Internet: <<http://www.bomchilgroup.org/brasep97.html>> (with adaptations).

According to the text above, judge the following items.

- 41 Free enterprises do not have to follow regulations.
- 42 State economic policy can only deal with hydrocarbon operations.
- 43 Brazil has some particular guidelines for certain areas of its market economy.
- 44 Free initiative principles can be found in the Brazilian latest constitution.
- 45 The Republican Constitution dated 1891 was the first one to account for the fundamental principles of the free initiative in Brazil.
- 46 Free initiative is always a way to promote social solidarity.
- 47 In accordance with article 5, Law 4.137, monopolies are forbidden, in Brazil.
- 48 In Brazil, the state monopoly is allowed for some specific areas.
- 49 Brazilian oil and gas deposits are state-owned.
- 50 In Brazil, under no circumstances can concessions be granted to private enterprises regarding the exploration of mineral deposits.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação à formação do processo e aos princípios que regem o processo civil, julgue os itens a seguir.

- 51** Distribuída uma ação de cobrança para uma das varas cíveis da comarca de Porto Alegre, esta será considerada proposta, para todo e qualquer efeito, apenas a partir do momento em que o réu for validamente citado.
- 52** Somente após o decurso do prazo de resposta é que se verificam os efeitos da prevenção, litispendência, litigiosidade da coisa, constituição em mora do devedor e interrupção da prescrição.
- 53** Uma vez quebrada a inércia do Poder Judiciário, pela propositura da ação, a atividade estatal não mais dependerá do constante impulso da parte para se desenvolver e chegar a seu termo, pois os atos de movimentação do processo, de instrução probatória e de julgamento acontecerão por impulso oficial.
- 54** Na interpretação da lei, diante das peculiaridades do caso concreto, a equidade de que se vale o juiz não se confunde com julgamento por equidade.

No que se refere à competência no direito processual civil, julgue os itens seguintes.

- 55** A não-observância das regras da Lei de Organização Judiciária estadual não implica nulidade do processo. Apenas as competências fixadas pelo Código de Processo Civil e pela Constituição da República dão ensejo à impossibilidade de prorrogação de competência porque tratam da incompetência absoluta.
- 56** Se determinado o desmembramento do processo, fato que pode ocorrer em caso de litisconsórcio facultativo, as novas relações processuais devem ter curso no mesmo juízo, cuja competência perpetua-se com a propositura da ação.
- 57** O estado não tem foro privilegiado, mas juízo privativo nas causas que correm na comarca da capital. Nas causas pertencentes à competência territorial de qualquer outra comarca, não pode a Lei de Organização Judiciária atrair causas para o foro da capital.
- 58** Jurisdição especial é aquela cuja competência é determinada em função da natureza da relação de direito material objeto dos respectivos processos. Assim, matérias militar, eleitoral e trabalhista competem, respectivamente, à justiça militar, à justiça eleitoral e à justiça do trabalho. Também é especial a justiça federal, pois julga as causas em que a União, suas autarquias e empresas públicas federais forem parte.
- 59** Pelo princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, se for criada, na comarca onde só haja varas cíveis, um juízo de família, os processos de divórcio e dissolução de união estável não poderão submeter-se à nova lei, continuando a tramitar no juízo cível, pois não se modifica a competência já perpetuada.
- 60** Se o autor formular pedido de concessão de aposentadoria por invalidez que não seja decorrente de acidente do trabalho, a ação terá natureza previdenciária e, ainda que tenha sido julgada por juiz de direito em comarca que não seja sede de justiça federal, o tribunal competente para julgar o recurso será o tribunal regional federal, e não o tribunal de justiça.

Quanto ao pedido e à causa de pedir, julgue os itens que se seguem.

- 61** Se a pretensão envolver bem móvel ou imóvel, como locação, compra e venda, a demanda será de direito real, sendo competente o foro da situação da coisa, e não o do domicílio do réu.
- 62** A regra de que o pedido se interpreta restritivamente não admite exceções, sendo proibida a condenação do vencido a custas e honorários de advogado se estes não forem objeto de pedido explícito do autor, na inicial, ou do réu, na contestação.
- 63** Se o réu, demandado em ação de cobrança pelo autor, for credor deste em quantia superior àquela que lhe é cobrada, poderá, além de pleitear a improcedência da ação alegando compensação, propor reconvenção para a cobrança do saldo.

A respeito de recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 64** Ao julgar apelação, poderá o tribunal reexaminar, de ofício, questão relativa a condições da ação, litispendência, coisa julgada ou pressupostos processuais já decidida pelo juiz no curso do processo, ainda que a parte prejudicada pela decisão não tenha interposto recurso contra ela.
- 65** Se o juiz, ao retratar-se da decisão agravada, vier a extinguir o feito por falta de condição da ação, deverá o agravado interpor apelação daquela decisão, e não simplesmente requerer a subida dos autos ao tribunal para julgar o agravo.

Acerca dos contratos em espécie, julgue os itens a seguir.

- 66** Ao contrato de arrendamento mercantil, na modalidade *leasing* financeiro, aplicam-se disposições do Código de Defesa do Consumidor. Assim, a ocorrência de fatos imprevisíveis pelas partes por ocasião da formação do contrato, impossibilitando uma das partes de cumprir a sua obrigação, confere ao consumidor o direito de resolução do contrato.
- 67** O contrato de *know-how* pode ser corretamente definido como um contrato de assistência técnica, pois consiste no acordo em que uma pessoa física ou jurídica compromete-se a transmitir a outro conhecimentos técnicos e científicos acerca de processo de fabricação ou produção.
- 68** Firmado contrato de compra e venda de área de grande extensão não-edificada, com descrição de todas as confrontações, não se mencionando a medida exata da área, nem especificando o preço por medida de extensão, mas sobre o total da área vendida, caso o alienante, após a conclusão do contrato, tome conhecimento de que a extensão da área é superior à efetivamente vendida, é cabível a ação *ex empto* para pedir a complementação do preço ou a devolução da área excedente, fundamentando o pedido no princípio da boa-fé objetiva e na vedação ao enriquecimento sem causa por parte do comprador.

Pedro adquiriu, por meio de contrato de promessa de compra e venda, um imóvel em construção por incorporação, devidamente registrado no cartório competente, pagando integralmente o preço. À época da aquisição, nenhum gravame pendia sobre o imóvel objeto do contrato nem sobre qualquer das outras unidades que compunham o imóvel. Posteriormente, a incorporadora fez incidir na unidade adquirida por Pedro gravame hipotecário em favor de instituição bancária, como garantia de empréstimo entre eles avençado. O gravame foi constituído com base na cláusula do contrato de adesão firmado entre Pedro e a incorporadora, onde constava autorização para a incorporadora dar em hipoteca as unidades já negociadas a fim de angariar recursos para a construção do empreendimento, devendo ser dada baixa no gravame no prazo de 180 dias a contar da concessão do habite-se, obrigação que não foi cumprida.

Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 69** Nos contratos de adesão, especialmente tratando-se de relação de consumo, são inválidas as cláusulas excessivamente rigorosas e prejudiciais ao consumidor. Na hipótese, a cláusula que estabelece que a incorporadora poderia gravar o imóvel já quitado pelo adquirente para garantir dívida sua com terceiro é nula por representar vantagem unilateral para a vendedora.
- 70** Após a averbação da incorporação, a incorporadora já não tinha direito de dispor do imóvel, disso decorrendo que também não tinha direito de dá-lo em garantia hipotecária, sem que houvesse pelo menos expressa anuência do compromissário comprador relativamente à instituição do gravame. A hipoteca dada supervenientemente à alienação em garantia a financiamento imobiliário vincula apenas pessoalmente as partes que intervieram na relação negocial, não beneficiando nem prejudicando terceiros.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

- 71** A vítima de acidente de trabalho terá direito a indenização fundada em responsabilidade civil, se comprovado que o empregador concorreu para o acidente em razão de sua omissão no tocante à fiscalização das condições e da segurança do trabalho.
- 72** Considerando que, no contrato de transporte, a empresa transportadora assume uma obrigação de resultado, ou seja, a de entregar no local do destino a mercadoria no mesmo estado que a recebeu, caso ocorra roubo à mão armada das mercadorias em trânsito, apesar de observadas as precauções normais no cumprimento do mencionado contrato, impõe-se ao transportador que não cumpriu a obrigação o dever de indenizar o outro contratante pelo dano decorrente do roubo da carga.

Com relação à propriedade e ao direito autoral, julgue os itens subseqüentes.

- 73** O programa de computador — *software* — possui natureza jurídica de direito de propriedade industrial e, desde que registrada a patente do programa de computador, ao seu titular é devido o pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, se ocorrer a produção e comercialização indevida do *software*.
- 74** No modo originário de aquisição da propriedade imóvel, não há qualquer relação jurídica de causalidade entre o domínio atual e o anterior. O novo proprietário adquire o bem livre de todos os vícios e limitações que revestia o imóvel.

No que se refere ao negócio jurídico, julgue os itens a seguir.

- 75** É nulo de pleno direito o contrato firmado por instrumento particular de arrendamento e confissão de dívida, cujo objeto seja ponto comercial situado em área pública, decorrente de autorização precária e intransferível para o uso da área pública concedida a um dos contratantes.
- 76** Sinval, casado em segunda núpcias com Rosa pelo regime obrigatório da separação total de bens, por contar com mais de sessenta anos de idade, transferiu gratuitamente a propriedade de um apartamento à segunda esposa, simulando em um contrato de venda o que seria uma doação. Na hipótese, o negócio jurídico é nulo por se tratar de ato simulado que importou contrariedade ao regime de separação de bens do casamento.

Acerca das obrigações, julgue os itens a seguir.

- 77** O avalista de título de crédito vinculado a um contrato, no qual se tenha inserido cláusula de responsabilidade do avalista, passa a ser solidariamente obrigado pelo pagamento do débito no valor total do contrato e não somente pelo valor inserido na cártula.
- 78** Em todas as obrigações exequíveis no Brasil, decorrentes de relações contratuais de natureza internacional, tais como exportação e importação, o pagamento deverá ser feito obrigatoriamente em moeda nacional.
- 79** No contrato de locação de bem móvel, em que o locatário assume a obrigação de restituir a coisa, verificada a impossibilidade de cumprimento da obrigação por perda do objeto, sem a culpa do devedor, a obrigação se resolverá e o proprietário suportará o prejuízo.
- 80** As arras penitenciais constituem forma de prefixação do valor das perdas e danos em caso de descumprimento da obrigação principal e excluem qualquer outra espécie de indenização.

A respeito do poder de tributar das entidades federativas, julgue os itens a seguir.

- 81** O princípio da anterioridade, por se revestir da natureza de cláusula pétrea da Constituição da República de 1988, não poderá ser afastado da incidência dos impostos decorrentes do exercício da competência residual pela União, ainda que tal determinação conste expressamente em texto de emenda constitucional.
- 82** Em caso de acidente ecológico decorrente do derramamento de produto tóxico de veículo transportador, os estados podem buscar recursos para minimizar os efeitos da calamidade pública, instituindo empréstimo compulsório, por meio de lei complementar.
- 83** As contribuições sociais são instituídas e cobradas pela União Federal, inclusive as de intervenção no domínio econômico e as de interesse de categoria profissional, excluídas somente as incidentes sobre os vencimentos dos servidores públicos estaduais e municipais, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.
- 84** Cabe a lei complementar federal dispor sobre o fato gerador e a base de cálculo dos impostos previstos na Constituição da República, inclusive do imposto sobre serviços (ISS) e do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
- 85** Por caracterizar serviço público essencial e indivisível, o sistema de iluminação pública deve ser financiado com recursos provenientes da cobrança de imposto, não cabendo aos municípios a instituição de contribuição específica para tal fim.

Julgue os seguintes itens, relativos a aspectos diversos do Sistema Tributário Nacional.

- 86** De acordo com o texto constitucional em vigor, a medida provisória pode instituir e aumentar impostos, desde que nas hipóteses em que seja desnecessária a edição de lei complementar para tais fins.
- 87** À luz da necessidade de se manter a unidade jurídico-fiscal no território nacional, a União Federal não pode instituir impostos que não sejam uniformes nas diversas regiões geoeconômicas do país, e ainda está autorizada a conceder isenção de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- 88** A fim de garantir a autonomia do exercício pleno de sua atividade econômica, os bens, os serviços e as rendas da PETROBRAS são imunes à tributação por meio de impostos, desde que vinculados às funções essenciais da entidade.
- 89** A contribuição de intervenção no domínio econômico hoje vigente incide sobre as receitas decorrentes da exportação, para o exterior, de gasolina, diesel e querosene de aviação.
- 90** No sistema de substituição tributária, que abarca as operações de compra e venda de combustíveis e seus derivados, o crédito tributário relativo ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS) pode ser exigido na saída do bem da refinaria de petróleo, antes, pois, da ocorrência da aquisição da mercadoria pelo consumidor final.

Julgue os itens que se seguem.

- 91** O somatório de bens e rendas de qualquer natureza, inclusive os haveres gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, pertencentes ao sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, respondem pelo pagamento do crédito tributário.
- 92** Segundo regra expressa, o crédito tributário tem preferência sobre qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste.
- 93** Devido ao seu campo probatório limitado, que impede a realização de perícia técnica contábil, o mandado de segurança não é ação adequada para a declaração do direito à compensação de tributos.
- 94** A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar, devendo-se aguardar o trânsito em julgado da ação em que o particular busca o reconhecimento de seu direito.
- 95** O prévio protesto é condição indispensável ao exercício do direito à restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente pelo sujeito passivo tributário, pois confere certeza e liquidez ao crédito deste.

Considerando a existência de uma lei do Rio de Janeiro cuja constitucionalidade seja duvidosa, julgue os itens a seguir.

- 96** Tratando-se de lei municipal, esta poderá ser objeto de representação de inconstitucionalidade apenas perante o tribunal de justiça local, tendo como parâmetro de controle a Constituição Estadual.
- 97** Tratando-se de lei estadual, esta poderá ser objeto tanto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF) como de representação de inconstitucionalidade perante o tribunal de justiça local. Em ambos os casos, o parâmetro de controle será a Constituição Federal.
- 98** Tanto a lei municipal como a lei estadual, para serem impugnadas em ação específica do controle abstrato de constitucionalidade, hão de ter sido editadas posteriormente à norma constitucional que lhes sirva de parâmetro.
- 99** A decisão do tribunal de justiça local que declarar a constitucionalidade de lei estadual em sede de controle abstrato sujeitar-se-á a recurso extraordinário, se incidir em ofensa à Constituição Federal.
- 100** A eficácia *erga omnes* e o efeito vinculante devem ser expressamente reconhecidos na decisão que declarar a inconstitucionalidade de lei no controle abstrato, sob pena de não lograrem o alcance esperado.

Acerca da competência tributária e das limitações ao poder de tributar, julgue os itens que se seguem.

- 101** As contribuições para os diversos conselhos de fiscalização do exercício profissional são tributos de competência da União, sujeitando-se ao princípio da anterioridade.
- 102** De acordo com a jurisprudência do STF, uma emenda constitucional pode excepcionar o princípio da anterioridade, para promover a imediata vigência do aumento das alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

**103** O município não pode exigir de autarquias ou órgãos públicos federais ou estaduais nele sediados o pagamento de taxas, em virtude da imunidade tributária recíproca existente entre os entes de direito público interno.

**104** À União é vedado instituir isenções de tributos da competência dos estados.

No que se refere ao processo legislativo e à recepção de leis pré-constitucionais, julgue os itens subsequentes.

**105** Uma lei complementar anterior à Constituição de 1988 pode ser recepcionada como lei ordinária, se não houver previsão constitucional de que a matéria nela versada seja regida por lei complementar e a lei preexistente não contrarie materialmente a nova Constituição.

**106** Uma lei ordinária anterior à Constituição de 1988 não pode ser recepcionada como lei complementar, na medida em que o quórum para aprovação desta é a maioria absoluta, enquanto para a lei ordinária se exige apenas maioria simples.

**107** É vedada a edição de medidas provisórias a respeito de matéria processual civil e processual penal, estando estas sob reserva de lei em sentido formal estrito.

**108** A extinção de qualquer ministério ou órgão público federal dar-se-á apenas por lei, de iniciativa de qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

**109** A tramitação de projeto de lei de iniciativa do presidente da República terá início na Câmara dos Deputados; se for aprovado segue para o Senado, que não o poderá rejeitar, apenas efetuar sua revisão, apresentando-lhe emendas.

**110** Uma emenda constitucional incompatível com qualquer norma da Constituição é inválida e, portanto, inconstitucional.

Julgue os itens a seguir, acerca do instituto do fenômeno da terceirização no âmbito das relações de emprego.

**111** É válida e legal a contratação de trabalhadores por meio de empresa de prestação de serviços de conservação e limpeza. O vínculo com o tomador dos serviços é formado apenas nas situações em que estiverem presentes os requisitos pessoalidade e subordinação direta.

**112** A contratação fraudulenta por empresa pública federal de empregados formalmente vinculados a empresa de trabalho temporário acarreta, como consequência direta e necessária, o reconhecimento do vínculo de emprego entre os trabalhadores e a pessoa jurídica tomadora de seus serviços, sem prejuízo das responsabilidades civil e administrativa do dirigente da empresa pública envolvida.

**113** Segundo a jurisprudência iterativa e atual do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, excepcionados os casos em que figurem como tomadores os órgãos da administração pública direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A propósito da negociação coletiva no âmbito das relações de emprego, julgue os itens que se seguem.

**114** Não estando formalmente constituído o sindicato representativo de determinada categoria profissional, aos órgãos do Ministério Público do Trabalho incumbe, excepcionalmente, o exercício da curatela coletiva, mediante provocação de comissão constituída pelos trabalhadores interessados.

**115** Em situações específicas, a flexibilização da legislação do trabalho é admitida na ordem jurídica brasileira, desde que respeitadas as normas de segurança e higiene do trabalho. Nos acordos coletivos de trabalho em que seja prevista jornada de trabalho para as atividades realizadas em turnos ininterruptos de revezamento, a participação do sindicato patronal é facultativa e prescindível, não acarretando sua ausência qualquer nulidade.

A respeito da organização sindical, julgue os itens subsequentes.

**116** Como expressão do princípio constitucional da liberdade sindical, ao poder público não compete conceder autorização para a fundação de sindicatos. Diferentemente, contudo, para a aquisição das atribuições e prerrogativas sindicais, faz-se necessário o registro perante o Ministério do Trabalho, órgão responsável pelo controle da unicidade sindical.

**117** Como forma de garantir a mais legítima representação da categoria, é proibida a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, que deve ser apurada em inquérito judicial.

A propósito das regras informativas do processo judiciário trabalhista, julgue os itens seguintes.

**118** Nas ações trabalhistas, a exceção de incompetência em razão do lugar deve ser oferecida em audiência, acarretando a suspensão do processo e a concessão do prazo mínimo de cinco dias ao excepto para manifestação. Da decisão interlocutória proferida, acolhendo ou rejeitando a exceção, admite-se a interposição de agravo, cujo merecimento, entretanto, apenas será analisado por ocasião da interposição do recurso cabível contra a decisão terminativa ou definitiva proferida.

**119** Como meio de proteção ao patrimônio público, nas ações propostas sob o rito sumaríssimo em face de órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, as sentenças condenatórias em valores superiores a sessenta salários mínimos não produzirão efeitos enquanto não forem submetidas ao reexame obrigatório dos tribunais competentes.

**120** Os dissídios coletivos concernentes a conflitos que envolvam sindicatos com âmbito nacional de representação devem ser solucionados originariamente pelo TST.

Com fundamento na Constituição de 1988 e na doutrina do direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

**121** A exigência de concurso público para ingresso em cargo, função ou emprego públicos, bem como na previsão de licitação pública para os contratos com a administração pública direta e indireta, assegurando igualdade na participação de todos os concorrentes são casos de aplicação concreta do princípio da impessoalidade.

**122** Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério das Minas e Energia realizou concurso público de provas e títulos em maio de 2000, com prazo de validade de um ano, homologando seu resultado em outubro de 2002.

Nessa situação, de acordo com a Constituição de 1988, o prazo máximo para prorrogação do concurso será em outubro de 2005.

**123** A autorização para a instituição de sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações públicas se dará somente por lei específica.

**124** Considere a seguinte situação hipotética.

Um advogado, recém-formado, ingressou nos quadros de uma sociedade de economia mista em maio de 2000 por meio de concurso público de provas e títulos, passando a exercer a função de consultor jurídico. Em junho de 2002, ele obteve o título de mestre em direito administrativo na França e passou a exercer o cargo de professor na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, também mediante concurso público de provas e títulos.

Nessa situação, o advogado poderá exercer as duas funções públicas pois a vedação de acumulação prevista na Constituição de 1988 não é extensiva às sociedades de economia mista.

**125** Atos administrativos praticados por ocupantes de cargos públicos de empresa pública e sociedade de economia mista não estão vinculados ao controle do Tribunal de Contas da União.

**126** Governador que edita decreto declarando propriedade rural como de interesse social para fins de reforma agrária terá plenos poderes para propor ação de desapropriação em caso de resistência dos antigos proprietários.

**127** Segundo a doutrina majoritária do direito administrativo brasileiro, a discricionariedade é um dos atributos do poder de polícia, podendo ser observada na concessão de autorização para porte de arma.

Com base na Lei n.º 9.478/1997 — que dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e dá outras providências — julgue os itens subseqüentes.

**128** Os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional pertencem à União e as atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, bem como a refinação de petróleo nacional, constituem monopólio da União.

**129** A ANP é um órgão regulador da indústria do petróleo, vinculado ao Ministério das Minas e Energia e integrante da administração federal direta.

**130** As sessões deliberativas da diretoria da ANP destinadas a resolver pendências entre agentes econômicos e entre estes e consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo possuem caráter sigiloso, de maneira a resguardar as atribuições de seus membros no conselho consultivo da agência.

Julgue os itens a seguir, relativos ao Decreto n.º 2.745/1998, que aprova o regulamento do procedimento licitatório simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), previsto no art. 67 da Lei n.º 9.478/1997.

**131** Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada empresa, achando-se prejudicada por ato de habilitação da comissão de licitação, houve por bem interpor recurso. Antes de sua análise, porém, resolveu a empresa desistir do recurso interposto.

Nessa situação e em conformidade com o decreto em consideração, pode a empresa desistir do recurso após a sua interposição.

**132** Considere a seguinte situação hipotética.

A empresa ABC efetivou contrato de execução de serviço com a PETROBRAS, para início em maio de 2003. Em julho do mesmo ano, constatou-se, no órgão jurídico da PETROBRAS, que a empresa ABC não havia iniciado a execução do serviço nem apresentado nenhuma justificativa para tal atraso.

Nessa situação e em conformidade com o decreto supracitado, o atraso constitui motivo para a rescisão do contrato.

Julgue o item a seguir, relativo ao Decreto n.º 2.455/1998, que implantou a ANP.

**133** A ANP, autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público, tem competência para regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, julgando as infrações contra a ordem econômica relativas ao petróleo nacional e aplicando as penalidades previstas na lei, atribuição antes conferida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em relação à Constituição da República, à doutrina do direito administrativo brasileiro e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens a seguir.

**134** Segundo a doutrina majoritária do direito administrativo brasileiro sobre o controle da administração pública, o ato administrativo praticado por sociedade de economia mista está sujeito ao controle popular.

**135** Sociedade de economia mista constituída após a Constituição de 1988 não poderá declarar a nulidade de ato administrativo por ela praticado pois cabe ao Poder Judiciário a exclusividade dessa atribuição.

Antônio, fazendeiro, queimou toda a vegetação natural existente em sua propriedade, situada em área de preservação permanente, com o objetivo de ampliar a área de pasto do seu rebanho bovino.

Com relação a essa situação hipotética e ao dano ambiental, julgue os itens a seguir.

**136** A conduta de Antônio foi lesiva ao meio ambiente, tendo havido claro desrespeito ao princípio da função social da propriedade, podendo, em tese, o mesmo ser responsabilizado no âmbito civil, administrativo e penal.

**137** Antônio, por ser proprietário da fazenda, pode utilizá-la da melhor forma que lhe aprouver.

**138** A destruição de área de preservação permanente por Antônio permite que este seja responsabilizado penalmente, por crime contra a flora.

**139** Antônio poderá ser considerado inocente do dano ambiental, caso prove ter baixa escolaridade.

**140** Por meio de mandado de segurança preventivo, Antônio pode evitar multa administrativa por dano ambiental.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos preceitos norteadores do direito ambiental.

**141** Para os efeitos da Lei n.º 6.938/1981, o princípio do usuário-pagador e o princípio do poluidor-pagador são princípios distintos, pois estão enunciados separadamente na referida lei.

**142** São instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

**143** O comitê de bacias, previsto na legislação federal de recursos hídricos, é uma concretização do princípio da participação da sociedade previsto no *caput* do art. 225 da Constituição da República.

**144** O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

**145** Em relação ao meio ambiente, o Estado deve atuar como proprietário desse bem, e não como simples administrador de um patrimônio que pertence à coletividade, no presente, e que deve ser transferido às demais gerações, no futuro.

No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e com base na legislação vigente, julgue os itens seguintes.

**146** As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

**147** Entre as espécies de unidades de conservação e de proteção integral existentes, a estação ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

**148** A floresta nacional (unidade de uso sustentável) é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

**149** A reserva particular do patrimônio natural (unidade de uso sustentável) é uma área privada, gravada por dez anos, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

**150** Legalmente, a proteção integral visa à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo o uso direto dos seus atributos naturais.

Considere que dois amigos desejam constituir uma sociedade para a realização de atividades em comum. Acerca das previsões legais aplicáveis a essa situação, julgue os itens seguintes.

- 151** Em regra, a sociedade a ser constituída será considerada empresária se tiver como objeto qualquer atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- 152** A sociedade, se empresária, poderá constituir-se de acordo com os tipos Limitada, em Comandita Simples ou de Capital e Indústria, previstos pelo Novo Código Civil.
- 153** Somente após o seu registro no cartório devido ou na junta comercial, a sociedade obterá a sua personalidade jurídica.
- 154** Se os sócios optarem por criar uma sociedade limitada, esta será obrigatoriamente empresária.
- 155** Caso os sócios desejem exercer uma atividade passiva de enquadramento como sociedade simples, terão de definir, ainda, um dos tipos de sociedade empresária para que se lhe aplique o ordenamento jurídico correspondente.

Determinada assembléia-geral extraordinária de uma S/A autorizou a efetivação de resgate de ações. Considerando esse fato e o instituto do resgate, julgue os itens que se seguem.

- 156** Tanto a assembléia-geral extraordinária como o estatuto podem deliberar acerca dessa matéria.
- 157** Conforme a Lei das S/A, pode-se utilizar para o resgate o lucro do exercício anterior, mas não as reservas de lucros já constituídas.
- 158** O resgate deve abranger todas as ações de uma mesma classe.
- 159** O resgate de ações pode ocorrer com ou sem a redução do capital social.
- 160** A deliberação quanto ao resgate de ações de uma única classe exige a aprovação por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações da respectiva classe.

Considere que um credor não detenha título executivo contra seu devedor, porém pretende requerer a decretação judicial da falência deste último. Nessa situação, julgue os itens abaixo, relativamente à pretensão do credor.

- 161** A legislação brasileira admite que se prove a existência da obrigação por conta extraída da escrituração comercial do credor, desde que verificada judicialmente.
- 162** A verificação de obrigação por conta extraída da escrituração do devedor será processada perante o juízo competente para decretar a falência.
- 163** Sendo o credor domiciliado em Nova Friburgo e o devedor, no município do Rio de Janeiro, e tendo a ação sido promovida perante o juízo da capital fluminense, o juiz obrigatoriamente nomeará peritos do município do Rio de Janeiro para procederem ao exame dos livros, em qualquer situação.
- 164** Se a perícia tiver que ser realizada nos livros do devedor, devem os peritos fazê-la nas dependências do estabelecimento do réu.
- 165** Verificadas as contas e a existência do débito, será este considerado vencido a partir da citação do réu.

No que se refere ao direito internacional privado, julgue os itens subseqüentes.

- 166** A autoridade judiciária competente para fazer a partilha de bens imóveis situados no Brasil de propriedade de casal belga, domiciliado no Japão, que pretende se divorciar será a da lei do foro em que se formalizar o pedido de divórcio.
- 167** Não obstante o dinamismo e a constante criação de novas técnicas comerciais no âmbito internacional, a Câmara de Comércio Internacional, no intuito de proporcionar maior segurança aos operadores dos negócios internacionais, optou por manter inalterados os Termos Internacionais de Comércio, também conhecidos pela sigla INCONTERMS.
- 168** A Lei de Introdução ao Código Civil estabelece a *lex fori* como elemento de conexão para determinar as regras acerca do começo e fim da personalidade, do nome, da capacidade e dos direitos de família.
- 169** Os elementos de conexão são, na maioria dos casos, móveis, haja vista que podem se alterar pelo curso natural dos acontecimentos ou pela vontade deliberada das partes.
- 170** Um tratado internacional é um acordo de vontades mediante o qual os atos relacionados à conclusão, à capacidade das partes e ao objeto se relacionam a mais de um ordenamento jurídico.
- 171** De acordo com o Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias no MERCOSUL, os laudos do Tribunal Arbitral são inapeláveis, obrigatórios para os Estados-partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação e terão relativamente a eles força de coisa julgada.
- 172** As partes podem convencionar que uma arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.
- 173** A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta, de sorte que a nulidade deste não implica, de modo necessário, a nulidade da cláusula compromissória.
- 174** Para ser executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita à homologação do Supremo Tribunal Federal e ao registro na câmara de arbitragem da unidade da Federação em que se pretende executar o laudo.
- 175** As controvérsias que surgirem entre os Estados-partes, quanto à aplicação das decisões do Conselho do Mercado Comum, não estarão submetidas aos procedimentos de solução previstos no Protocolo de Brasília, já que tal função pertence ao Grupo Mercado Comum.